

**LEVANTAMENTO DO ESTADO DA ARTE DO PROGRAMA DE INCENTIVO
A LEITURA NO BRASIL (PROLER) 1992-2012: PRIMEIRAS
APROXIMAÇÕES**

Clarice Alves de Araújo

RESUMO

O PROLER é um Programa de Incentivo a Leitura instituído no Brasil em 1992 pelo Ministério da Cultura e objetiva incentivar a leitura e suas variantes como suas variantes: o teatro, a música, o fantoche, a dança, o cinema. Coincide com a onda neoliberal e com a mundialização do capital. A modernidade chega ao Brasil com o fim do regime militar e com a aproximação do Brasil com OCDE a educação nacional se torna alvo da regulação dessa entidade. Nosso trabalho consiste em identificar as tendências de pesquisa do PROLER além de descrever o mecanismo interno de avaliação para atingir o índice desejado pelos organismos mundiais. A pesquisa permitirá também identificar os locais em que foi implantado, as preferências, os métodos, as abordagens, os problemas se quicá, sugerir intervenções.

Palavras chave: PROLER. Políticas Públicas. Estado da Arte. Mundialização

Objetivo desta pesquisa é fazer um levantamento sobre o Programa Nacional de Incentivo a Leitura o PROLER, e por meio das pesquisas concluídas, fazer o Estado da Arte. O programa foi implantado no Brasil no Governo de Fernando Collor de (1992) em 13 de maio de 1992, através do Decreto Presidencial nº519. O Programa (Programa Nacional de Incentivo à Leitura) pertence ao Ministério da Cultura e esta vinculado à Fundação Biblioteca Nacional.

Implantação desse programa de leitura faz parte de uma conjuntura internacional de mundialização do capital e a conseqüente padronização da educação. Para compreendermos, é preciso tomar como ponto de partida essa conjuntura.

No começo dos anos 80 e dos governos de Reagan e Margarete Thatcher (Estados Unidos e Reino Unido, respectivamente), que tem início uma série de medidas e intervenções estatais no mundo do cidadão comum no sentido de diminuir as funções do Estado, que até esse momento se caracterizava por ser um Estado – Providência ou Estado do Estar Social e que, a partir de então, vai dissociando lentamente do seu papel de provedor da saúde, educação segurança ao mesmo tempo em que acirra os

mecanismos de controle de massa e a competição individual característica da doutrina neoliberal. E, nesse sentido, o Estado passa ‘interferir em problemas bem diversos dos tradicionais da manutenção da ordem (BOBBIO, p. 690).

A ideologia disseminada a partir desse período é entendida em sua forma clássica “como conjunto de representações e ideias, bem como normas de conduta, por meio das quais o homem é levado a pensar, sentir e agir de uma determinada maneira, considerada por ele como correta e natural” (ARANHA, 1996, p. 31). Para a difusão dos valores ressaltados e para formar o novo indivíduo, o Estado agora já comprometido com as reformas, lança mão dos recursos da propaganda e difusão disponíveis na mídia televisiva ou impressa e na escola, se transformam em veículos de propagação dos ideais da OCDE.(Organização para Cooperação de Desenvolvimento Econômico).

O Estado, paulatinamente, passa a desconstruir a política do bem estar social com diminuição de investimentos na sociedade saúde, educação e segurança e, a se preocupar em atingir os índices educativos impostos pelos organismos mundiais de controle de capital.

Após essa discussão, que por si só justifica a necessidade de avaliarmos uma política pública, já que toda política pública é uma resposta a demandas sociais e econômicas e, nesse caso, a educação, seja formal ou não, é peculiar. Pretende-se examinar os caminhos que Programa percorre e, identificarmos os problemas, interesses dos pesquisadores, os referenciais e fontes, e localidades em que mais se desenvolveu, e logo depois partiremos para a análise e interpretação dessas categorias.

Cabe ainda salientar que esse é um Programa que realmente de instalou no país, que se consolidou e é sólido (existe desde 1992) e que não há ainda uma avaliação que proporcione uma visão dos resultados e interesses, pois que as avaliações feitas pelo PISA (Programa Internacional e Avaliação dos Estudantes) se interessa apenas pelo resultado final e não por ações internas e particularizadas como é o PROLER.

O PISA, que tem suas avaliações realizadas a cada 3 anos e que no Brasil são de competência do INEP, possui como indicador o IDEB, e este criado em 2007 tem a finalidade de medir a qualidade da educação no Brasil. Esse indicador lança mão de avaliações diagnósticas e periódicas como a Prova Brasil e SAEB, que feita por amostragem avalia alunos de 4º, 5º, 8º e 9º anos do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio. Os resultados constituem o IDEB, que além das provas padronizadas verifica também os índices de aprovação/reprovação, de evasão.

2. A GENESE DO PROGRAMA DE LEITURA – PROLER: LIMITES E POSSIBILIDADES.

Em países desenvolvidos, a avaliação de programas e políticas governo é uma prática constante, mas no Brasil é uma prática relativamente nova e só a partir do Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1993) é que as Políticas Públicas se tornam alvo de maior regulação, intervenção e controle. É nesse sentido que Maués (2011, p. 83) afirma que “o papel do Estado tem mudado em função das exigências do capitalismo internacional que demanda agora um papel muito mais regulador do mercado que provedor dos bens necessários à sociedade” Nesse momento histórico que a onda neoliberal e de mundialização do capital que se espalhou pelo mundo nos anos 80, a partir da Inglaterra e dos EUA, chega ao Brasil, que recém saído da ditadura militar se move no sentido de se alinhar ao mercado mundial.

Esse marco histórico se dá através da intervenção dos organismos mundiais de regulação do capital e do mundo do trabalho, como por exemplo, o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (OCDE), (CUNHA, 2006).

Entende-se, na leitura e interpretação da interferência desses organismos e associações nas políticas dos países em desenvolvimento que,

[...] a conexão entre sistema educativo e as necessidades do desenvolvimento seria resolvida com um planejamento educativo, [...]. Nesta perspectiva, coloca-se a necessidade de se reformular os sistemas educacionais, para atender as exigências de qualificação profissional demandadas pelo mercado. (CORRAGIO, apud MAROZONE; LARA, 2009, p. 10).

Portanto, para dar continuidade ao projeto neoliberal e de mundialização do capital, iniciado no Brasil em meados dos anos 90, é preciso que as políticas públicas estejam voltadas para a formação de trabalhadores e, que ideologicamente seja legitimadas o bastante para controlar os movimentos sociais.

Os documentos formulados por essas agências, além de prescrever e sugerir orientações a serem adotadas pelos países membros, também forjaram discurso justificador das reformas.

A política educacional, assim como as demais políticas econômicas e sociais, não podem ser pensadas de forma isolada ou desconectada de uma totalidade histórica

que envolve produção e formação dos homens, mas, deve ser compreendida a partir dos aspectos sociais, políticos e econômicos de determinada conjuntura sócio-histórica.

A educação, especialmente a primária e a secundária do primeiro ciclo (educação básica), ajuda a reduzir a pobreza aumentando a produtividade do trabalho dos pobres, reduzindo a fecundidade e melhorando a saúde, e favorece a população de atitudes que necessita para participar plenamente na economia e na sociedade. (BM, 1995, p. 1995 apud MAROZONE; LARA, p. 08).

O enfoque na educação básica se justifica como um meio de controle social e de apaziguamento da classe empobrecida, pois o Estado “passa a desempenhar um papel de gestor dos negócios da burguesia” (DRUCK, 2011 p. 42). Assim deduz-se porque a OCDE orienta para uma qualificação suficiente para que o educando entre no mercado de trabalho e sugere que novos recursos sejam captados de níveis superior de ensino, ficando esses a quem puder pagar:

O enfoque dado à educação básica limitou-se a conteúdos mínimos - saber ler, escrever e calcular, necessários para a empregabilidade e a formação de atitudes para o trabalho, ou seja, qualificar minimamente o trabalhador para obter oportunidades no mercado. Para os demais níveis de ensino, recomendaram-se reformas e privatizações como forma de alocar recursos no nível primário, restringindo o ensino secundário e superior aqueles que pudessem pagar. (MAROZONE; LARA, 2009, p. 08).

No início século XXI é que os ideais de educação para todos são reforçados, a partir da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (Unesco), pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Banco Mundial. Cabe lembrar que desde a Revolução Francesa e a ascensão da burguesia, o ideal uma Educação para Todos tem sido discutido, mas só em 1990 é os governos de 155 países se reúnem para educar todos. Apesar de presente, o Brasil não teve muito destaque em face da mudança de governo que vivíamos. Nesta Conferência, foi aprovada a “Declaração Mundial de Educação para Todos” e o ‘Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem’. (MAROZONE; LARA, 2009, p.12).

Esse é o contexto em que as políticas educacionais brasileiras, a partir dos anos 90, visam satisfazer às sugestões dessas entidades mundiais. O país, considerado emergente e aspirante a membro da OCDE, fica sem alternativas e se vê incorporando

as orientações desses organismos. E através do MEC se propõe a implementação de programas e projetos que possam satisfazer às exigências da mundialização, não só do capital, mas também da educação.

O quadro abaixo nos dá uma noção da educação brasileira em relação a 122 países. Os dados da WEF e foram divulgados em 02 de Outubro de 2013

Tabela 1: Colocação do Brasil no ranking de 122 países:

Indicador de educação	Posição no ranking (entre 122 países)
Acesso	
Taxa de matrícula na educação básica	69º
Taxa de matrícula na ensino superior	76º
Diferença de gênero na educação	1º
Qualidade	
Acesso à internet nas escolas	86º
Qualidade do sistema educacional	105º
Qualidade das escolas de educação básica	109º
Qualidade do ensino de matemática e ciências	112º
Qualidade de gerenciamento das escolas	43º
Conclusão	
Pessoas com mais de 25 anos com ensino médio	57º
Pessoas com mais de 25 anos com ensino superior	64º
EDUCAÇÃO (geral)	88º

fonte: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/educacao-brasileira-fica-entre-35-piores-em-ranking-global>

Dessa forma é possível compreender a notável importância que a avaliação dos programas e políticas governamentais ganharam nas últimas duas décadas e, essa ênfase está diretamente relacionada ao reconhecimento da eficácia ou não da ação política. É tomar ciência dos resultados esperados e não esperados. É poder dar continuidade, termo, promover, fazer ou não outras intervenções.

Outro objetivo dessas avaliações é controle das reações sociedade civil que vivenciava o fim do Bem Estar Social. Nesse aspecto, a avaliação dos programas e políticas educacionais tornam-se essenciais, pois que regulam as reações e que corroboram com a escola como um dos instrumentos de difusão da ideologia e produção/reprodução dos saberes necessários para o mundo do capital e para a formação de trabalhadores.

Esse é o contexto em que o PROLER foi criado, pois constatava-se baixos índices de letramento da população brasileira. E ainda hoje o analfabetismo é um grande problema. Segundo pesquisas do Ministério da Educação, no Brasil são 16 milhões de analfabetos, pessoas que não conseguem sequer escrever um bilhete. Já os que não chegaram a concluir a 4ª série do ensino fundamental I, somam 33 milhões, concentrados em 50% no norte e nordeste do país. (BARROS, p.1).

O PROLER, em suas concepções e diretrizes do Proler (2009),

O Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER tem por finalidade contribuir para a ampliação do direito leitura, promovendo condições de acesso a práticas de leitura e de escrita críticas e criativas. Isto implica articular a leitura com outras expressões culturais, propiciar o acesso a materiais escritos, abrir novos espaços de leitura, e integrar as práticas de leitura aos processos educacionais, dentro e fora da escola. (PROLER, p.08).

Em seus princípios, o programa entende que formar o leitor não é apenas formar o decodificador de símbolos, mas é também formar o cidadão capaz de se deslocar de um ponto ao outro nas cidades, que possa fazer compras, trocar correspondências e ainda participar de modo efetivo da vida em sociedade, reconhecer seus direitos e deveres, apreender o sentido das leis e contratos, refletir de maneira crítica sobre as informações que circulam nos meios de comunicação e que possam tomar uma posição. E, que ainda esteja acompanhado da escrita, que no mundo moderno é fundamental. (PROLER, p.08). Observa-se, nessa concepção, um conceito amplo e democrático. Tomamos a ideia de democrático a partir dos ideais de Paulo Freire que, em tese, percebe a leitura como instrumento para democratizar a sociedade a partir da leitura, compreensão e leitura de mundo (FREIRE, 2001) e assim pretende-se formar o real cidadão e democratização da escola, no sentido em que nos fala Luckesi:

[...] tomemos os atos mais simples, elementares da vida do cidadão, tais como circular dentro de uma cidade, tomar ônibus, trens, bondes etc. Para todas essas ações, necessita-se do domínio da leitura. Como tomar um ônibus para alguma direção desejada dentro de uma cidade se não se sabe ler tendo em vista obter a informação necessária? Como utilizar-se de placas indicativas de uma cidade, seja de arruamento, seja de direção, senão se possuir habilidade de compreender o que elas estão dizendo? (LUCKESI, 2002, p. 64).

O autor afirma que para uma democratização e cidadania efetiva e real é necessário “[...] participar de bens culturais, viver os prazeres de uma cultura. Como

sentir o prazer de uma romance, de um poema, de uma peça teatral, sem a capacidade de ler e entender o que nos é dito?” (LUCKESI, 2002, p. 64).

Reconhece-se, então, a importância da leitura e da escrita tanto para a democracia efetiva e participativa quanto para a formação do cidadão da sociedade do conhecimento.

Para constituir um leitor-cidadão, na qual a participação dos sujeitos no processo democrático seja efetiva, é preciso conjugar a leitura da palavra à leitura do mundo. E, além disso, abrir espaços, bibliotecas apurar acervos e a composição de uma linguagem específica, e ainda, instigar a permanência do leitor nesses espaços.

Outro aspecto interessante do programa é a atenção para as ações afirmativas já que o Estado brasileiro reconhece a desigualdade nacional não só étnica ou econômica, mas em todos os sentidos.

Dessa forma, acredita-se que o programa, ao formar o leitor tal qual descreve e pretende, possa ter ação contra hegemônica, pois que reconhecemos o processo como dialético.

Entende-se a o domínio pleno da leitura e da escrita como fundamentais para provocar mudanças na sociedade contemporânea. Demo (2011, p.20) corrobora:

[...] contra hegemonia assinala o movimento contrário de formação de uma cultura de resistência e mudança, orientada pela desmistificação das relações assimétricas de poder e dos arranjos sociais que sustentam os interesses da classe dominante.

Há também a possibilidade do PROLER, que procura valorizar toda forma de leitura e valorizar as variantes da cultura, as diversas formas de expressão e interpretação, atuar como força contra ideológica ao poder hegemônico de mundialização do capital e de padronização da educação. (Embora esse aspecto não pertença a essa pesquisa, é um aspecto que vale a pena desenvolver).

Também observa-se o aspecto descentralizador do Programa, o que é uma característica das políticas sociais da década de 80, pois desde sua implantação a Fundação Biblioteca Nacional, responsável pelo Programa, procura parcerias com municípios, governos estaduais e Universidades construindo uma rede de ações e de coresponsabilidade numa média de 200 municípios. (PROLER, p.12). Essa parceria

acontece por meio da formação de comitês regionais que desenvolvem ações locais, focadas num tema único, de duração anual e que é fornecido pela Biblioteca Nacional.

Outra particularidade inovadora é a desescolarização da leitura, que até então era de responsabilidade da escola formal, o PROLER, apesar de formal não é especificidade da escola e ainda que seja desenvolvido preferencialmente em ambiente escolar, é aberto também aos mais variados profissionais, indo do profissional de saúde, da biblioteca, das prisões ao professor, apesar do ambiente ser preferencialmente escolar e público. (PROLER, p. 18).

O programa se torna um excelente veículo de propagação do hábito de ler e formação de leitores além de atender às sugestões dos organismos mundiais como OCDE, BM e BIRD.

A implementação de programas dessa natureza são inspirados na influencia de políticas e acordos mundiais que sugerem metas, estabelecem critérios e estimulam os governos a incrementar a educação de forma que o status quo seja mantido. Havemos de lembrar que desde anos 60 tem-se estudado e visto a educação como essencial para a veiculação da ideologia, sendo esta uma necessidade para o Estado e seus respectivos governos e, é nesse sentido que o PROLER supre a deficiência da escola básica. Suprindo a deficiência de leitura, o Brasil tem mais chances de se aproximar do índice educativo sugerido pela OCDE, mesmo que a leitura provoque nos seus leitores uma visão de mundo crítica e contra ideológica.

A cada três anos o PISA - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, instituídos pela OCDE e no Brasil coordenado pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - visa apurar os resultados das políticas – sejam escolares ou não escolares - sugeridas a partir da avaliação dos estudantes. O intuito é reconhecer indicadores para novas interferências e ajustes educacionais. Como exemplo, observe o quadro abaixo que faz uma comparação entre os dados apurados e as expectativas.

Tabela 2: IDEB 2005, 2007, 2009, 2011 e Projeções para o **BRASIL**

	IDEB Observado				Metas				
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2021
Total	3,8	4,2	4,6	5,0	3,9	4,2	4,6	4,9	6,0
Dependência Administrativa									
Pública	3,6	4,0	4,4	4,7	3,6	4,0	4,4	4,7	5,8
Estadual	3,9	4,3	4,9	5,1	4,0	4,3	4,7	5,0	6,1
Municipal	3,4	4,0	4,4	4,7	3,5	3,8	4,2	4,5	5,7
Privada	5,9	6,0	6,4	6,5	6,0	6,3	6,6	6,8	7,5

Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Fonte: Saeb e Censo Escolar.

No Brasil, é o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – é o indicador objetivo para os índices da educação básica e o cumprimento das metas estabelecidas pelo Termo de Adesão. A definição dessas metas tem por base os índices dos países desenvolvidos membros da OCDE. (INEP).

O Brasil pretende alcançar o nível de escolaridade do ensino fundamental atingida pelos outros países membros da ODCE até 2021. Isto é, as escolas de ensino fundamental deverão atingir média 6,0 até essa data. O atual Plano Nacional de Educação que entra em vigor ate 2020 afirma que

a média brasileira está em 4,6 nos anos iniciais do ensino fundamental (primeiro ao quinto ano). A meta é chegar a 6 (em uma escala até 10) em 2021. Outra norma prevista no projeto é confronto dos resultados do Ideb com a média dos resultados em matemática, leitura e ciências obtidos nas provas do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa). (MEC, 2011)

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARCIAIS SOBRE O LEVANTAMENTO DO ESTADO DA ARTE DO PROLER NO PERÍODO DE 1992-2012.

Um dos nossos objetivos nesse trabalho é mostrar metodologicamente como se trabalha com o Estado da Arte que uma pesquisa Estado da Arte, que é uma pesquisa de

caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam

enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado. (JUNGES; REMER, 2011 p. 03).

Nossa pesquisa também é uma revisão bibliográfica que nos termos de Lakatos “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, dissertações e teses etc.” (LAKATOS, 2003, p. 183.) A revisão bibliográfica para o Estado da Arte traz contribuições abrangentes no campo teórico de uma área do conhecimento e proporciona uma visão panorâmica do tema: procura identificar aportes significativos da construção da teoria e a prática; aponta as restrições do campo em que se move a pesquisa identifica experiência às inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução e reconhece as contribuições da pesquisa na área investigada. Pode-se também identificar continuidades e descontinuidades.

Nesse sentido, serão analisados livros, monografias, artigos, dissertações e teses que procuraram compreender o Proler e sua dinâmica, e também a implantação das políticas públicas de inclusão, letramento e leitura, considerando a formação de leitores e o desenvolvimento da participação social e o exercício da cidadania objetivado pelo Programa de Leitura. A consistência do trabalho tem por base Paulo Freire e as idéias de democratização da escola e de democratização da leitura, Moacyr Gadotti que discute autonomia e formação cidadã, e ainda Dermeval Saviani na análise política.

Quanto às pesquisas realizadas sobre o PROLER foram encontrados 28 textos entre teses e dissertações; artigos e monografias. Após a coleta, partimos do princípio que era preciso que o texto, em seu resumo básico, tivesse como tema central o PROLER e que pudessemos identificar a problemática de pesquisa.

E, estamos categorizando, instrumentalizados pela ficha que estamos construindo, 17 textos, sendo 5 teses e apenas 3 interessam ao nosso trabalho; 10 dissertações e 7 selecionadas; dos 11 artigos analisa-se apenas 5 e ainda duas monografias são utilizadas.

A coleta de dados para o levantamento Estado da Arte PROLER considera todo o conjunto de teses, dissertações cujos resumos constam no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES), acrescentam-se outras teses e dissertações e também artigos em periódicos, em revistas e bancos de dados das bibliotecas: USP (Universidade de São Paulo); UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas); UNESP (Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho); UNB (Universidade de Brasília); UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais).

Caracteriza, aqui, uma coleta de dados quantitativa, que segundo Chizzotti (2011, p. 53) “é mensuração de variáveis preestabelecidas, procurando verificar e explicar sua influencia sobre outras variáveis, mediante a análise da frequência de incidência e de correlações estatísticas”.

Desse inventário esta sendo feito as estatísticas seguida das categorizações de interesse da pesquisa: locais em que foi implantado, as preferências, os métodos, problemas, referenciais e fontes. Para facilitar nosso trabalho esta sendo preparado um instrumento de pesquisa, uma ficha para que possamos catalogar e apurar dados quantitativos. No primeiro instante buscamos informações nos resumos das teses e dissertação para uma seleção previa, logo após adentramos a densidade dos textos, pois os resumos se mostram insatisfatórios e, muitos deles não trazem nem mesmo básico como objetivos, métodos, procedimentos, justificativas e algumas conclusões.

E, ao adentrar o corpo dos textos observamos que a maior parte das pesquisas que tem o PROLER como tema são desenvolvidas por professores de língua portuguesa e uma pequena parcela por professores de Artes. Já identificamos também o programa num hospital e num presídio no interior da Bahia.

Reconhecemos a limitação da pesquisa a partir da coleta de dados, que conforme Mazzotti (2012, p. 41) “Prática tradicional nos países desenvolvidos, a elaboração dos chamados Estados da Arte fica muito restrita a capítulos encontrados em teses e dissertações de mestrado e doutorado [...] embora seja insuficiente não pode ser desprezada, é insatisfatória.”

Posterior a categorização, será feita a análise e interpretação dos dados que além de responder às questões centrais desta pesquisa, poderá ou não sugerir ações para o programa, embora esse não seja o objetivo principal.

Esse trabalho final requer do pesquisador

profundo conhecimento da área e capacidade de sistematização (MAZZOTTI, p.44), uma vez que, em síntese, estará analisando criticamente o Estado do conhecimento [...] comparando e contratando as abordagens teórico-metodológicas utilizadas e avaliando o peso e a confiabilidade de resultados de pesquisa, de modo a identificar pontos de consenso, bem como controvérsias, regiões de sombra e lacunas que merecem ser esclarecidas.

Então, se o Estado da Arte tem o nível de dificuldade elencado, exige cuidado e discernimento do pesquisador, pois que para MAZZOTTI (2012, p. 45) salienta que as “pesquisas em educação no Brasil [...] é dificultada pelo caráter fragmentário e as diferentes abordagens teóricas e metodológicas [...] muitas vezes conflitantes”. Contudo, é preciso fazer um balando periódico das coisas.

Apesar do nível de dificuldade, e a organização dos dados estarem em fase de construção, já é possível deduzir o intenso interesse dos professores de língua portuguesa para identificarem os resultados do Programa em determinadas localidades, as várias de aplicação que ganhou como o teatro, a música, o fantoche (caráter lúdico), os espaços que se ocupam do PROLER que além das escolas chegou também a hospitais e prisões.

REFERENCIAS

BARROS. Jussara de. Analfabetismo no Brasil. **Revista Brasil Escola**, 2012. Disponível em <http://educador.brasilecola.com/politica-educacional/analfabetismo-no-brasil.htm>

BIBLIOTECA NACIONAL. **Programa Nacional de incentivo a leitura**. Disponível em: <http://www.bn.br/proler/>. Acesso em 19 de Maio de 2013.

BOBBIO. Noberto. **Dicionário**, 2011. Disponível em: <http://www.wattpad.com/1162923-dicionario-norberto-bobbio-d-i?p=20#!p=23>

BRASIL. Ponto de contato Nacional para as diretrizes da OCDE. **Organização para cooperação e Desenvolvimento Econômico**. Disponível em <http://www1.fazenda.gov.br/sain/pcn/PCN/ocde.asp>

BRASIL. Plano de Desenvolvimento da Educação. **Matrizes de Referencias, Temas e Descritores**. Brasília, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF: MEC, 1995.

CAPES. **Portal de Periódicos da Capes**. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 01 nov. 2013.

CUNHA. Carla Giane Soares. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. Disponível em <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper06.pdf>. Acesso em 19 de Maio de 2013.

DRUCK. Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n spe 01, p.37-57, 2011.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. 41ª ed, São Paulo: Cortez, 2001.

INEP – **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Busca no sítio do Inep. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>> Acesso em 19/12/2012.

JUNGES, Kelen dos Santos; REMER, Maisa Milinne Zarur. Leitura epistemológica: análise paradigmática de uma pesquisa em educação na modalidade Estado da Arte sobre trabalhadores da ANPED. **X congresso Nacional de educação** – Educare. 2011 p. 03). Disponível em http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4388_2704.pdf Acesso em 19 de Maio de 2013.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo : Atlas, 2003.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 14ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002. p.64.

MAROZONE, Luciana Francielli Zorzetti. LARA, Angela Mara Barros. **A política educacional brasileira pós 1990: Novas configurações a partir da política neoliberal de Estado**. IX congresso de Educação – Educare. III encontro sul brasileiro de psicopedagogia. 26 `29 de Outubro de 2009. Disponível em http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3126_1394.pdf. Acesso em 19 de Maio de 2013.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. A revisão bibliográfica em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. IN: Lucídio Bianchetti. Ana Maria Neto Machado. (org). **A Bussola do Escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MÁUES, OLGAÍSES Cabral. A política da OCDE para a Educação e a formação docente. **A nova regulação**. Educação, Porto Alegre, 2011.

MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica**, Brasília, 1996.

MEC. **Parâmetros Curriculares Nacional**. Brasília, 2001.

MEC. **Plano Nacional de Educação**, Brasília, 2011.

UFMG. Biblioteca digital. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/>

UNB. **Teses e dissertações**. Disponível em <http://www.bce.unb.br/Acesso> em 10 de Maio de 2013.

UNESP. **Teses e dissertações**. Disponível em:
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-03122012-160409/pt-br.php>.
Acesso 01 de Maio de 2013.

USP. **Teses e dissertações**. Disponível em <http://www.teses.usp.br/> acesso em 01 de Maio